MAURÍCIO ANDERE VON BRUCK LACERDA

**O SILÊNCIO NO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA NO
AMBIENTE CONTRATUAL PRIVADO BRASILEIRO**

Tese de doutorado

Orientador: Professor Associado Doutor José Fernando Simão

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO – SP

2020

MAURÍCIO ANDERE VON BRUCK LACERDA

**O SILÊNCIO NO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA NO
AMBIENTE CONTRATUAL PRIVADO BRASILEIRO**

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob orientação do Professor Associado Doutor José Fernando Simão.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO – SP

2020

Catálogo da Publicação
SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Lacerda, Maurício Andere Von Bruck

O SILÊNCIO NO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA NO AMBIENTE
CONTRATUAL PRIVADO BRASILEIRO/ Maurício Andere Von Bruck Lacerda;
orientador José Fernando Simão – São Paulo, 2020. 278p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) – Faculdade
de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Autonomia privada. 2. Contratos. 3. Direito Civil. I. Simão, José Fernando. II.
Título.

LACERDA, Maurício Andere Von Bruck. *O silêncio no exercício da autonomia privada no ambiente contratual privado brasileiro*. 2020. 278 páginas. Tese (doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

RESUMO:

O escopo da tese é investigar se, e sob quais condições, o silêncio caracteriza-se como meio apto ao exercício da autonomia privada no ambiente contratual brasileiro, tanto no momento inicial constitutivo do vínculo jurídico negocial, quanto durante a sua execução. Diante das dificuldades relacionadas ao seu enquadramento como “declaração de vontade”, impõe-se investigar os elementos constitutivos de tais condutas silenciosas relevantes juridicamente, os fundamentos teóricos e as bases legais que as orientam e as sustentam, bem como a forma que assumem no universo contratual, tomando por base a regra do artigo 111 do Código Civil Brasileiro e a sua interação com outros dispositivos constantes do atual ordenamento jurídico privado pátrio. Em referido contexto, são aprofundados e propostos novos critérios para auxiliar o intérprete na identificação da concretização do fenômeno, bem como apresentadas aplicações efetivas das regras que o regulam, as quais conferem soluções mais adequadas a hipóteses fáticas concretas, do que aquelas normalmente fornecidas por cláusulas gerais, ou por construções eminentemente teóricas, traçando-se paralelos com o tratamento conferido ao tema por outros ordenamentos jurídicos da família do direito romano germânico, com destaque para Portugal, Alemanha e Itália. Pretende-se, dessa forma, fornecer novas diretrizes ao tratamento do tema, com o objetivo de melhor sistematizar o exercício da autonomia privada por tal meio, no ambiente contratual privado brasileiro, perpassando pela análise da casuística destinada a demonstrar os contributos da investigação à ciência jurídica brasileira.

Palavras-chave: Direito privado. Declaração de vontade. Silêncio. Autonomia privada. Artigo 111 do Código Civil brasileiro. Formação e execução do contrato.

LACERDA, Maurício Andere Von Bruck. *The party silence in the exercise of private autonomy under the Brazilian private contract law*. Ph.D. Thesis, 278 pages. Faculty of Law of the University of Sao Paulo, Brazil.

ABSTRACT

The scope of this Ph.D. thesis is to investigate whether and under which conditions, party silence is characterised as an appropriate means to strengthen the exercise of private autonomy under the Brazilian contract law, both at the moment when negotiating legal relation is established as well as during its execution. Before the difficulties in framing party silence as “declaration of will”, it becomes necessary to investigate the elements that constitute the silent conducts that are legally relevant. The theoretical and legal foundations that orient and support such conducts are examined as well, along with the form they take in the universe of the Brazilian contract law, having as guideline the rule set out in article 111 of the Civil Code and its interaction with other provisions present in the private legal system. In this context, new criteria are deepened and proposed in order to assist the interpreter in identifying the completion of the phenomenon. Also, the effective applications of the provisions that regulate are introduced, always considering that such applications provide more adequate solutions to the concrete factual hypothesis than those usually supplied by general clauses or by the constructions that are eminently theoretical. During this itinerary, parallels are drawn with the treatment granted to the theme by other legal systems pertaining to the family of the Roman and German law, with special emphasis on the cases of Portugal, Germany and Italy. This Ph.D. research is aimed at providing new approaches to the study of the subject in order to systemise more effectively the exercise of private autonomy through such means under the Brazilian private contract law. Also, this Ph.D. research work pass through casuistic analysis in order to demonstrate its contributions to the Brazilian legal science.

Key words: Private law. Declaration of will. Party silence. Private autonomy. Article 111 of the Brazilian Civil Code. Formation and execution of contracts.

LACERDA, Maurício Andere Von Bruck. *Il silenzio nell'esercizio dell'autonomia privata nell'ambiente contrattuale privato brasiliano*. 2020. 278 pp. Tesi (dottorato di ricerca). Facoltà di Diritto dell'Università di San Paolo.

RIASSUNTO

Lo scopo di questa tesi è quello di investigare se, e sotto quali condizioni, il silenzio si caratterizza quale mezzo adeguato all'esercizio dell'autonomia privata nell'ambiente contrattuale brasiliano, sia nel momento di costituzione del vincolo giuridico negoziale, sia durante la sua esecuzione. Davanti alle difficoltà che riguardano il suo inquadramento quale “dichiarazione di volontà”, s'impone il bisogno di investigare gli elementi costitutivi di tali condotte silenziose, giuridicamente rilevanti, così come le basi teoriche e legali che le orientano e sostengono così come la forma che assumono nell'universo contrattuale, basati sulla regola dell'articolo 111 del Codice Civile Brasiliano e la sua interazione con altri dispositivi che fanno parte dell'ordinamento giuridico odierno. In questo contesto, saranno approfonditi e proposti nuovi criteri per ausiliare l'interprete nell'identificazione della concretizzazione del fenomeno, così come saranno introdotte le applicazioni effettive delle regole che lo reggono, le quali conferiscono soluzioni più adeguate alle ipotesi dei fatti concreti che quelle proposte da regole generali, o da costrutti eminentemente teorici, tracciando paralleli con il trattamento dato al tema da altri ordinamenti giuridici della famiglia del diritto romano germanico dando un'enfasi speciale sui casi del Portogallo, della Germania e dell'Italia. Nel percorso s'intende, quindi, fornire nuovi approcci al trattamento del tema con l'obiettivo di miglior sistematizzare l'esercizio dell'autonomia privata tramite tale mezzo nell'ambiente contrattuale privato brasiliano, passando per l'analisi casuistica con il fine di dimostrare i contributi della ricerca alla scienza giuridica brasiliana.

Parole chiavi: Diritto privato. Dichiarazione di volontà. Silenzio. Autonomia privata. Articolo 111 del Codice Civile Brasiliano. Formazione ed esecuzione del contratto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Apresentação e delimitação do tema: objeto do estudo e sua relevância.....	9
CAPÍTULO 1 – O SILÊNCIO NO CONTEXTO DA CONDUTA HUMANA: DELIMITAÇÃO NECESSÁRIA	17
CAPÍTULO 2 – O SILÊNCIO NO AMBIENTE NEGOCIAL: ASPECTOS ESTRUTURAIS	27
2.1. Declaração e comportamento: irrelevância da vontade?.....	32
2.2. (In)consciência da conduta silenciosa?	36
2.3. A conduta silenciosa na concepção estrutural do negócio jurídico	42
2.4. Contributos das teorias do negócio jurídico na análise do silêncio no âmbito dos contratos	48
2.5 Critérios orientadores da relevância jurídico-negocial do silêncio: balizas legais...	54
CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO DO SILÊNCIO COMO MEIO DE EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA	63
3.1. Declarações de vontade expressas.....	69
3.2. Manifestações tácitas de vontade	71
3.2.1 Comportamento concludente.....	73
CAPÍTULO 4 – O SILÊNCIO NO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA CONTRATUAL: BREVES NOTAS E DIVERGÊNCIAS HISTÓRICAS	79
4.1. Posição prevalente na contemporaneidade.....	86
4.2. Reflexões críticas sobre o emprego dos termos “omissão” e “inércia”	93
4.3. Silêncio e os meios expressos e tácitos: dicotomia “declaração x comportamento”	100
CAPÍTULO 5 – A REGRA DO ARTIGO 111 DO CÓDIGO CIVIL: ORIGEM, ABRANGÊNCIA, FUNÇÕES E NATUREZA NO AMBIENTE CONTRATUAL	103
5.1. Origem e <i>locus</i> da regra do artigo 111 do Código Civil.....	104
5.2. Abordagem sistêmica da regra do artigo 111 do Código Civil	112

5.3. Opção do sistema brasileiro pela “anuência”	115
5.4. Pressuposto e condicionantes legais para o exercício da autonomia privada pelo silêncio	128
5.4.1. Necessidade de declaração de vontade expressa: forma	137
5.4.1.1. Casuística: pacto antenupcial	144
5.4.2. Possíveis facetas do silêncio no contrato: proposta e aceitação?	150
5.4.3. Particularidades relacionadas à regra do art. 432 do Código Civil	158
5.4.3.1 Proposta feita no exclusivo interesse do oblato silente	164
5.4.3.2 Existência de convite à proposta por parte do silente	171
5.4.3.3 Existência de relações contratuais correntes	176
5.4.3.4 Estágio conclusivo das tratativas contratuais	179
5.5 Aspectos patológicos que afetam o exercício da autonomia privada: a sujeição do comportamento silencioso aos defeitos do negócio jurídico.....	180
5.5.1. Breves reflexões sobre as consequências do comportamento silencioso do relativamente incapaz.....	184
5.6. Função interpretativa da regra do artigo 111CC	188
5.7. O hiperdimensionamento da boa-fé objetiva: os contributos da regra do artigo 111CC e sua maior conexão com a tutela da confiança	194
5.8. “Teoria da aparência” e os contributos da regra do artigo 111 do Código Civil..	201
5.9. Natureza da regra do artigo 111CC	205
CAPÍTULO 6 – O SILÊNCIO EM CONTRATOS ESPECÍFICOS E EM OUTROS NEGÓCIOS JURÍDICOS UNILATERAIS	209
6.1. Peculiaridades que envolvem o silêncio nos contratos de adesão e de consumo..	209
6.2. Outros negócios jurídicos unilaterais envolvendo comportamentos silenciosos no universo contratual	221
6.2.1. O silêncio circunstanciado do cônjuge em relação à outorga necessária à validade de determinados atos	225
6.2.2. Particularidades do comportamento silencioso em relação à outorga de poderes e	

ao contrato de mandato	231
6.3. “Comodato” x “Locação”: casuística.....	238
6.4. O silêncio do empresário acerca das alterações promovidas na fatura empresarial	243
CAPÍTULO 7 – DIRETRIZES GERAIS PARA A ABORDAGEM DO SILÊNCIO NOS CONTRATOS PRIVADOS BRASILEIROS.....	247
CONCLUSÃO	255
BIBLIOGRAFIA	265

INTRODUÇÃO

Apresentação e delimitação do tema: objeto do estudo e sua relevância

O estudo do silêncio no universo negocial, com destaque para o ambiente contratual, não é recente. Pode-se afirmar tratar-se de tema clássico do direito civil, inclusive no âmbito da doutrina brasileira¹, o qual vem acompanhado de inúmeras polêmicas e divergências relacionadas ao próprio processo de formação do contrato ou de figuras análogas aos contratos; seja pela via negocial, baseada na clássica noção de “declaração de vontade”; seja por intermédio de vias alternativas², algumas das quais fundadas na suposta insuficiência da disciplina contratual e até mesmo negocial³.

¹ Na doutrina brasileira, entre aqueles que trataram do tema de forma mais específica, no início do século XX, destacam-se: LEME, Lino de Moraes. **Da efficacia jurídica do silêncio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933. RODRIGUES, José Martins. **Elementos geradores do vínculo obrigacional e efeitos jurídicos do silêncio**. Fortaleza: S.N., 1934, sendo que referida obra fora republicada em 2012 (RODRIGUES, José Martins. **Elementos geradores do vínculo obrigacional e efeitos jurídicos do silêncio**. São Paulo: Malheiros, 2012). LOPES, Miguel Maria de Serpa. **O silêncio como manifestação da vontade**: obrigações em geral. Rio de Janeiro: A Coelho Branco Filho, 1935 e MELLO, Baptista de. O silêncio no direito. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. Vol. 751/1998 (ano 87), (maio de 1998), p. 731. Trata-se, contudo, este último, de artigo jurídico publicado, originariamente, na RT 105 de janeiro de 1937, p. 3-20. Não se despreza, outrossim, aqueles autores que exploraram o tema incidentalmente e de forma um pouco mais aprofundada em suas obras, ainda na vigência do Código Civil anterior, com destaque para: MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**, em vários tomos, com destaque para os tomos III e XXXVIII. AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico**: existência, validade e eficácia. São Paulo: Saraiva, 2002 (tese de livre docência defendida ainda na década de 1970, tal como destaca RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz. **10 anos sem Antônio Junqueira de Azevedo: uma homenagem**. 13 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2019-nov-13/direito-comparado-10-anos-antonio-junqueira-azevedo-homenagem#sdfootnote3sym> > Acessado em: 11 jan. 2020.), ao promover a análise do negócio jurídico sob uma perspectiva estrutural – em preferência às definições relacionadas à gênese (voluntarista) e à função (preceptiva ou objetiva) – conferindo importante e decisivo destaque às “circunstâncias negociais” que envolvem a manifestação de vontade, tratou do silêncio tanto no plano da existência, como elemento intrínseco ou constitutivo relacionado à forma que a declaração pode assumir, quanto nos planos da validade e da eficácia do negócio jurídico.

² Tais como as “declarações presumidas”, resultantes de “comportamentos omissivos do sujeito”, as quais recorrem à criticável noção de “vontade presumida”, para caracterizar os “comportamentos de efeito vinculante”, os quais permanecem na área do negócio jurídico, mas prescindem da “declaração de vontade” propriamente dita, como destacado por GOMES, Orlando. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª ed. (Aumentada). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 51-52.

³ Como destaca AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico e declaração negocial**: noções gerias e formação da declaração negocial. Tese (titularidade). Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1986, p. 44/45 quando explora as “relações paracontratuais”, ao analisar o caso dos “serviços públicos”, salientando que “o que se tem são relações jurídicas inteiramente semelhantes às que surgem de um contrato – e contrato sinalagmático de trato sucessivo – mas sem que haja contrato. Não há *in casu*, declaração negocial e, portanto, não há negócio jurídico. O que há são as chamadas ‘relações paracontratuais’, ou ‘paranegociais’, às vezes ditas, em fórmula contraditória, ‘relações contratuais fáticas’ (se são relações de fato, não podem ser contratuais)”. A crítica terminológica se refere ao enquadramento conferido por HAUPT, Günter. **Über faktische Vertragsverhältnisse**. Leipziger rechtswissenschaftliche

Em referido contexto, a hipótese central desta tese é a de que o silêncio caracteriza-se como meio legítimo e excepcional de exercício da autonomia privada no ambiente contratual brasileiro, tanto no momento inicial constitutivo do vínculo jurídico, quanto durante a sua execução. Diante das dificuldades relacionadas à sua caracterização como “declaração de vontade”, impõe-se investigar os elementos constitutivos de tais condutas silenciosas relevantes juridicamente, os fundamentos teóricos e as bases legais que as orientam e as sustentam, bem como a forma que assumem no universo contratual.

Ao reconhecer que, do silêncio pode resultar “anuência” (art. 111CC⁴), o sistema brasileiro apresenta, sob a influência da teoria da confiança, alternativa inovadora e mais abrangente – do que o clássico enquadramento na noção de declaração de vontade – à abordagem da figura no universo contratual pátrio, quando comparada à solução conferida por outros ordenamentos jurídicos da família do direito romano-germânico, com destaque para Portugal, Alemanha e Itália.

Diante do caráter excepcional assumido pelo silêncio como meio de exercício da autonomia privada, são propostos e aprofundados os critérios que auxiliam o intérprete a identificar a concretização do fenômeno, bem como apresentadas aplicações efetivas das regras que o regulam, as quais se mostram capazes de conferir soluções mais adequadas a hipóteses fáticas concretas, do que aquelas normalmente fornecidas por cláusulas gerais ou por construções eminentemente teóricas, tais como as baseadas na boa-fé objetiva e na teoria da aparência. Em razão do perfil heterogêneo dos contratos privados brasileiros, propõe-se o estabelecimento de parâmetros e de diretrizes destinados à sistematização de sua incidência no contexto contratual pátrio, perpassando pela análise da casuística, destinada a demonstrar os contributos do estudo do tema à ciência jurídica brasileira.

Na busca de tal desiderato, verifica-se a necessidade e a utilidade de novas

Studien. Leipzig: Verlag von Theodor Weicher, 1941. Também LARENZ, Karl. Die Begründung von Schuldverhältnissen durch sozialtypisches Verhalten. Neue Juristische Wochenschrift, n. 51-52, p. 1897-1900, 1956 procurou explicar o referido fenômeno social, categorizando-o juridicamente. Em português, ver a tradução na seguinte referência: LARENZ, Karl. O Estabelecimento de relações obrigacionais por meio de comportamento social típico (1956). (Traduzida por Alessandro Hirata). **Revista Direito GV** 3. São Paulo. Vol. 2, n 1. (Jan./Jun. 2006), p. 55 - 64. GOMES, Orlando, op. cit., p. 80, faz menção aos “contratos de conteúdo imposto” e aos “negócios de atuação”. Ver também, na realidade brasileira, SILVA, Juliana Pedreira da. **Contratos sem negócio jurídico**: crítica das relações contratuais de fato. São Paulo: Atlas, 2011.

⁴ “Art. 111. O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.”

investigações a respeito do tema na realidade contratual brasileira atual⁵, sob a luz das inovações trazidas pela Lei 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil de 2002 – CC) – e de algumas outras leis esparsas que a precederam e a sucederam, a exemplo do “Código de Defesa do Consumidor” (Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – CDC) e, mais recentemente, da “Lei da Liberdade Econômica” (Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019 – LLE) – no contexto dos atuais vetores principiológicos norteadores da dinâmica contratual; do denominado fenômeno da “unificação do direito obrigacional privado”; da positivação do tratamento das relações contratuais massificadas, com destaque para a constatada intensificação do estabelecimento de relações contratuais por intermédio de meios eletrônicos ou digitais⁶; entre outros aspectos.

⁵ Após o advento do Código Civil atual e o tratamento da figura no artigo 111CC, o tema foi tratado por vários autores em manuais, obras destinadas ao estudo do negócio e dos contratos em geral e em comentários ao Código Civil, a exemplo de DINIZ, Maria Helena. **Parte geral e disposições transitórias. Novo Código Civil Comentado.** In: FIUZA, Ricardo. 3ª ed. (Atualizada) São Paulo: Saraiva, 2004. DUARTE, Nestor. **Arts. 1º a 232. Parte Geral.** In: PELUSO, Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 7ª ed. Vol. 1. Barueri: Manole, 2013, p. 15-175, p. 109; MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado:** critérios para a sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015. MENKE, Fabiano. In: NANNI, Giovanni Ettore. **Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo (arts. 189 ao 232).** São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 181/294, p. 193, entre outras. Registra-se, contudo, a existência de poucos artigos e monografias mais específicos e aprofundados a respeito do tema, com destaque para os seguintes, em ordem cronológica: FRADERA, Vera Jacob de. **O valor do silêncio no novo Código Civil.** In: ALVIM, Arruda; CERQUEIRA CÉSAR, Joaquim Portes de; ROSAS, Roberto. Aspectos Controvertidos do Novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 569/582. ZANETTI, Cristiano de Sousa; ROBERT, Bruno. **A conclusão do contrato pelo silêncio.** In: TARTUCE, Flávio; CASTILHO, Ricardo. Direito Civil: direito patrimonial e existencial: Estudo em homenagem à professora Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka. São Paulo: Método, 2006, p. 257-295, no qual os autores realizam importante análise da gênese dos artigos 111 e 432 do CC, para identificar uma regra geral relacionada à formação do contrato pelo silêncio na realidade brasileira e, em seguida, dedicam-se a aplicar a regra a hipóteses fáticas mais específicas, valendo-se da análise de casos concretos, principalmente estrangeiros. As dissertações de mestrado de TUTIKIAN, Priscila David Sansone. **O silêncio na formação dos contratos:** proposta, aceitação e elementos da declaração negocial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, e de BÜRGER, Marcelo Luiz Francisco de Macedo. **O(s) silêncio(s) no negócio jurídico:** reflexões sobre a apreensão dos silêncios na teoria do negócio jurídico. Dissertação (mestrado). Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2016.

⁶ Importante consignar, desde logo, que o presente estudo não tratará dos contratos celebrados por intermédio de plataformas eletrônicas (contratos eletrônicos), o que ampliaria demasiadamente o escopo deste trabalho. Registra-se, apenas, que as condutas adotadas em referido ambiente distanciam-se da abordagem do silêncio e aproximam-se da noção de comportamentos concludentes, tal como se detalhará no capítulo 3.2.1. Não se descuida, porém, da busca em destacar exemplos contemporâneos que contemplem a formação de contratos por intermédio de mecanismos de comunicação instantânea, por meios digitais, tais como os aplicativos *whatsapp*, *telegram*, entre outros, nos quais o silêncio ostenta papel relevante. Acerca dos impactos dos avanços tecnológicos e do surgimento contínuo de novos meios de comunicação e de celebração de contratos, associados à ausência de legislação específica regulando tais novas realidades econômicas, endossa-se o argumento de SANTOLIM, César Viterbo Matos. Os princípios de proteção do consumidor e o comércio eletrônico no direito brasileiro. **Revista de Direito do Consumidor.** São Paulo. Vol. 55/2005, (Jul-Set/2005), p. 55, “Quando se conjuga (a) a intensidade e (b) a velocidade do efeito da tecnologia da informação sobre o fenômeno jurídico com (c) a impossibilidade de se produzirem leis com a capacidade de tratar minudentemente destes avanços, (muitas vezes, quando um texto estiver sendo promulgado, a tecnologia adotada pode já ser outra) evidencia-se a necessidade da

Para atingir tais escopos, a investigação estrutura-se em duas partes. Na primeira, composta pelos capítulos 1, 2, 3 e 4, são abordadas – de forma sintética – as principais polêmicas que envolvem a disciplina negocial, com destaque para o papel da vontade e para os meios pelos quais se manifesta. Perpassa pelas discussões relacionadas aos seus elementos constitutivos, notoriamente pela questão da consciência da declaração e pelas concepções e teorias do negócio jurídico, tomando por base as regras do direito positivo brasileiro, de forma a demonstrar a viabilidade potencial do exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio e a sua relação com os demais meios clássicos de formação do contrato.

Na segunda parte da investigação, nos capítulos 5, 6 e 7, explora-se o *modus* pelo qual tal exercício concretiza-se na realidade negocial e, especificamente, contratual brasileira. Investiga-se o teor, a abrangência e as funções desempenhadas pelas principais regras do direito positivo destinadas a viabilizarem tal exercício nos variados momentos do fenômeno contratual, tendo, como pano de fundo, hipóteses fáticas concretas analisadas pelos tribunais e exemplos específicos de contratos e de negócios jurídicos unilaterais afeitos a tal ambiente, propondo-se algumas diretrizes para a abordagem do tema na realidade pátria.

Em referido contexto, após brevíssima abordagem da conduta humana, com o escopo de delimitar o objeto do estudo no ambiente negocial (capítulo primeiro), são percorridas as principais discussões afeitas a esse ambiente (capítulo segundo), envolvendo as polêmicas em torno do emprego das expressões “declaração de vontade”, “manifestação de vontade” e “comportamento”, com enfoque para a relevância (ou não) da vontade e da consciência da conduta silenciosa para a constituição de vínculos jurídicos no ambiente contratual. Avança-se pelas concepções do negócio jurídico e após a fixação do *locus* de investigação do silêncio no ambiente negocial – com o auxílio da concepção estrutural do negócio jurídico, – procura-se identificar qual(is) das teorias do negócio jurídico se mostra(m) mais apta(s) a justificar(em) o exercício da autonomia privada por meio do silêncio, sem perder de vista as bases teóricas e, principalmente, legais as quais orientam e sustentam tal análise, com destaque para as regras atinentes aos

utilização dos princípios, como responsáveis pela manutenção da coesão do sistema jurídico, ainda que reconhecido como um ‘sistema aberto’ ”, complementando que “muito antes de se afiançar a idéia de uma ‘revolução jurídica’ é importante buscar a correspondência entre estas novas situações e as regras e princípios já conhecidos, especialmente estes, pelo seu caráter ‘imediatamente finalístico’ e ‘primariamente prospectivo’ ”.

negócios jurídicos, constantes da parte geral do Código Civil brasileiro.

No capítulo terceiro, explora-se, sinteticamente, o instituto jurídico da autonomia privada, destacando-se a importância e as principais características que a figura assume no contexto contratual da pós-modernidade, com o propósito de determinar, entre outros fatores, se, e, em que medida o comportamento silencioso pode ser considerado instrumento para o seu exercício em tal ambiente.

Após breve explanação acerca dos demais meios de exercício da autonomia privada, com destaque para as “declarações expressas”, as “manifestações tácitas” e para os “comportamentos concludentes”, procura-se identificar (capítulo quarto) as principais características distintivas de tais meios em relação ao silêncio, com base nas posições doutrinárias divergentes em torno do tema no passado, com o escopo de definir o perfil assumido pela figura na atualidade, propondo-se, ao final do capítulo, algumas reflexões críticas acerca da observância de maior rigor terminológico em relação às expressões destinadas à identificação do silêncio como meio de exercício da autonomia privada.

A partir do capítulo quinto, diante da constatação de que a regra do artigo 111CC é inovadora no tratamento do silêncio no direito privado brasileiro – ao reconhecer que dele possa resultar anuência, face a determinados usos ou circunstâncias e desde que não seja necessária a declaração de vontade expressa – a investigação destina-se a revelar os moldes que o exercício da autonomia privada, por intermédio do silêncio, assume na realidade contratual brasileira, considerando, inclusive, que a regra em questão não encontra paralelo em outros ordenamentos jurídicos da família do direito romano-germânico, com destaque para as realidades italiana, alemã, portuguesa e, também, suíça.

Com tal propósito, parte-se das discussões doutrinárias que precederam a redação final do dispositivo em questão, identificando o seu *locus* e os fatores modeladores da sua aplicação dentro do sistema de direito privado pátrio, culminando com a delimitação da abrangência da regra e dos principais efeitos da opção pela “anuência”, em preferência às consagradas noções de declaração e de manifestação de vontade, com suporte nas principais conclusões alcançadas nos capítulos precedentes da investigação.

Em seguida (capítulo 5.4.), fixadas tais bases, explora-se especificamente o requisito limitador da forma e as condicionantes (usos ou circunstâncias) constantes da regra do artigo 111CC, para – com base nas clássicas figuras da proposta e da aceitação –

identificar os efeitos da interação de referido dispositivo legal com outras regras destinadas à formação dos contratos, com destaque para o art. 432CC, possibilitando o estabelecimento de alguns critérios destinados ao preenchimento dos conceitos indeterminados constantes do art. 111CC, a fim de estabelecer parâmetros mais claros de reconhecimento do fenômeno.

Na sequência discorre-se brevemente acerca de aspectos patológicos capazes de interferir no exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio, com destaque para a incidência das regras relativas aos defeitos dos negócios jurídicos e para sintéticas reflexões em torno do silêncio do incapaz.

Na parte final do capítulo quinto, analisa-se a presença de função interpretativa na regra do artigo 111CC, capaz, portanto, de interferir na execução (efeitos) das obrigações contratuais previamente pactuadas e não apenas na constituição inicial do vínculo jurídico. Propõe-se, nos tópicos seguintes (5.7 e 5.8), reflexões críticas acerca da relação do silêncio com a boa-fé objetiva e com a denominada “teoria da aparência”, com o propósito de apurar se, e, em que medida o tratamento legal específico conferido ao silêncio na realidade brasileira proporciona melhores resultados na *praxis* contratual e fornece respostas tecnicamente mais adequadas a conflitos *in concreto*, cujas soluções são normalmente atribuídas a cláusulas gerais ou a construções teóricas mais amplas, as quais, por sua natureza, ostentam conteúdo genérico e são de aplicação subsidiária. Referido capítulo central da tese é concluído pelo tópico (5.9.) destinado à identificação da natureza jurídica da regra do artigo 111CC.

Estabelecidas tais bases gerais relacionadas ao exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio, são analisadas, no capítulo sexto, particularidades envolvendo a figura no universo dos contratos de adesão e de consumo. E, em seguida, exploradas algumas hipóteses fáticas concretas passíveis de verificarem-se por intermédio do silêncio no ambiente contratual, com destaque inicial para alguns negócios jurídicos unilaterais relevantes em tal universo – tais como a autorização em geral, a outorga conjugal e a outorga de poderes de representação e sua inter-relação com o mandato – e, posteriormente, para a abordagem de determinadas relações contratuais, analisando-se a interação da regra do artigo 111CC com dispositivos legais específicos presentes no sistema jurídico de direito privado pátrio.

Sob tal aspecto, adverte-se que se optou por não concentrar a casuística

envolvendo o objeto da investigação apenas nos capítulos finais do estudo. Nesse sentido, considerando que o Direito encontra-se inserido no universo das ciências sociais aplicadas⁷, o estudo é permeado por exemplos e elementos empíricos relacionados ao tema, em especial pela apresentação de decisões proferidas, em segundo grau de jurisdição, no âmbito dos tribunais de justiça estaduais⁸ e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)⁹, com o propósito de possibilitar a verificação da relevância concreta da investigação ora apresentada e de lançar novas luzes, fornecendo critérios inovadores para a sua abordagem na realidade jurídica brasileira.

No capítulo conclusivo (capítulo sétimo), são apresentadas diretrizes gerais, destinadas a orientar a atuação do intérprete na busca da identificação do exercício legítimo da autonomia privada por intermédio do silêncio, no âmbito das variadas espécies e modelos contratuais, tanto para constituir contratos, quanto para alterar posições jurídicas previamente assumidas pelas partes.

Salienta-se que não pertence ao escopo deste estudo explorar os critérios para o preenchimento das lacunas contratuais¹⁰, por intermédio de regras supletivas e nem apurar o eventual contributo da regra do artigo 111CC para o alcance de tal fim. A investigação também não se destina à análise do comportamento silencioso das partes ou de terceiros como causa, instrumento ou elemento do suporte fático da invalidação de contratos, mas apenas a suscetibilidade de referido comportamento silencioso – quando pertencente ao suporte fático do exercício da autonomia privada – ser maculado por algum dos defeitos do negócio jurídico.

Registra-se, outrossim, que a investigação ostenta caráter dogmático e, portanto, não serão explorados os interessantes pontos de intersecção entre o direito e a

⁷ Embora referida expressão – adotada entre outros pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), cuja principal função é fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros – esteja sujeita a críticas, insere-se o Direito em referido contexto, para realçar a necessidade de que as pesquisas acadêmicas na área não se limitem a discussões puramente teóricas, mas que também se prestem, com o devido rigor acadêmico, a solucionar problemas jurídicos concretos.

⁸ A escolha dos tribunais estaduais se justifica em razão da matéria (contratos privados), o que exclui a relevância de pesquisas no âmbito dos tribunais federais. E entre os tribunais estaduais a pesquisa jurisprudencial se concentra perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual agrega o maior número de demandas na jurisdição brasileira e pela sua grande relevância jurídico-econômica no campo contratual, sem prejuízo da análise pontual de acórdãos proferidos por outros tribunais estaduais brasileiros.

⁹ Por se tratar do tribunal superior responsável pela uniformização da interpretação das leis federais em âmbito nacional.

¹⁰ Tal como explorado por PENTEADO, Luciano de Camargo. **Integração de contratos incompletos**. Tese de Livre-Docência. Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto: 2014. ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007, p. 147 e seguintes.

economia no universo contratual, tais como os aspectos envolvendo a racionalidade dos agentes econômicos, as questões de assimetria informativa, de silêncio estratégico das partes e da própria incompletude contratual, entre outras particularidades relacionadas às vertentes do comportamento silencioso em tal ambiente¹¹. Tais abordagens extrapolam a análise da figura sob a perspectiva ora proposta e demandariam a investigação de inúmeros aspectos adicionais àqueles desenvolvidos, ampliando demasiadamente o objeto do estudo.

¹¹ Para o aprofundamento destas e de outras questões relacionadas à disciplina econômica em geral e suas interfaces com o Direito, ver, por todos, em língua portuguesa ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007, bem como estudos clássicos dos estudiosos da Análise Econômica do Direito (*Law and Economics - L&E*), tais como AKERLOF, George A. The market for “lemons”: quality, uncertainty and the market mechanisms. **The Quarterly Journal of Economics**. MIT Press. Vol. 84, n. 3, 1970, p. 488/500; HART, Oliver. Is “bounded rationality” an important element of a theory of institutions?. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**. Vol. 146 (4), 1990, pp. 696-702. Sobre as propostas da escola da “Economia comportamental” quanto aos mecanismos de auxílio não coercitivos aos agentes econômicos no processo de tomada de decisão ver, entre outros, THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. **Nudge: O Empurrão para a escolha certa**. (Traduzido por Marcello Lino). Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CONCLUSÃO

Considerando que ao longo dos capítulos da investigação foram apresentadas conclusões pontuais acerca das abordagens propostas, o objetivo destas notas finais é consolidar as principais constatações alcançadas ao longo do estudo, a fim de demonstrar a tese defendida, consubstanciada nas seguintes assertivas.

1. O silêncio é vocábulo plurívoco, cujos significados podem ser, inclusive, contraditórios. Trata-se de figura relacionada, ou não, ao comportamento humano e, portanto, passível de ser estudada sob a perspectiva de inúmeras áreas do conhecimento humano, tais como a filosofia, a sociologia, a economia, as artes, entre outras.

2. Sob a perspectiva jurídica, o estudo do silêncio é indissociável da conduta humana (voluntária ou involuntária) e embora a figura esteja frequentemente associada às noções de “oposição” ou “repulsa” – por fundar-se em conduta passiva, materializada por um não agir – poderá caracterizar “aprovação” ou “concordância”, podendo, inclusive, materializar comportamentos omissivos culposos geradores de danos, os quais não são objeto do presente estudo.

3. Diante da constatação de que o Direito não se ocupa das reflexões de caráter psíquico – caso não lhes suceda a exteriorização de alguma conduta apta a repercutir social e juridicamente – a aferição da (ir)relevância jurídica do silêncio no âmbito das relações privadas, em geral, dependerá do tratamento que lhe confere a lei e da análise das circunstâncias que o envolvem.

4. O estudo do silêncio no ambiente negocial está atrelado à análise da relevância do elemento volitivo, da forma pela qual este se manifesta e do próprio conteúdo do negócio jurídico, tanto pela via das “declarações de vontade”, quanto por vias alternativas como a dos “comportamentos”. Tal correlação permite identificar, entre outros aspectos, o *locus* que a análise do silêncio ocupa no processo de formação do contrato e a relevância da “consciência” do silente em relação à concretização do fenômeno contratual.

5. Diante da ausência, na lei brasileira, de dispositivo legal destinado a regular a consciência da declaração, a investigação acerca de tal elemento, inclusive no que se refere às condutas silenciosas, é relegada para o campo interpretativo e doutrinário, que no caso brasileiro transporta a abordagem para a disciplina do “erro ou ignorância”.

6. Independentemente das polêmicas relacionadas ao processo de formação do contrato e à suposta insuficiência da disciplina negocial, conclui-se – com o auxílio da concepção estrutural do negócio jurídico – não haver justificativas para afastar o silêncio do processo de formação do negócio, cuja concretização deve priorizar o que socialmente se apresenta como conduta apta a constituir negócios, em razão da preponderância atribuída às circunstâncias negociais.

7. Em complemento, é possível afirmar – também com base na referida concepção estrutural do negócio jurídico – que diante das dificuldades envolvendo a identificação da presença da vontade em relação às condutas silenciosas, a eventual investigação do elemento volitivo mostrar-se-á pertinente nos planos da validade e da eficácia.

8. O reconhecimento da aptidão da conduta silenciosa para compor suporte fático da existência do negócio jurídico centrar-se-á na adequada análise da conduta do silente, face às circunstâncias negociais, em consonância com os requisitos legais presentes em cada sistema. Dispensará, a princípio, a valoração dos aspectos subjetivos da conduta do silente, a qual será, eventualmente, promovida em momento posterior, nos planos da validade e/ou da eficácia.

9. A interpretação sistemática das regras atinentes aos negócios jurídicos, constantes da parte geral do Código Civil brasileiro, permite concluir – como reflexo da teoria da confiança – que diante do comportamento silencioso de determinado sujeito, preponderarão os eventuais reflexos da exteriorização de tal comportamento na esfera jurídica do destinatário da conduta silenciosa, em detrimento da pretensa vontade real do silente, desde que a conduta do destinatário justifique tal proteção.

10. Observadas tais balizas legais e os mencionados critérios interpretativos relacionados ao processo de formação do negócio na realidade brasileira,

associados à constatada prevalência da noção de autonomia privada sobre a concepção de autonomia da vontade na realidade contratual contemporânea, não se verifica, *a priori*, qualquer obstáculo para que a autonomia privada seja exercida por intermédio de comportamentos silenciosos qualificados. Isso porque, os comportamentos silenciosos caracterizam-se como meios potencialmente aptos a – na presença de determinadas condicionantes – estabelecerem vínculos jurídicos destinados a promoverem a autorregulação de interesses privados, sob os vetores interpretativos anteriormente apresentados.

11. Embora possa caracterizar, em caráter excepcional, declaração de vontade expressa (ou “meio direto”), o silêncio não se confunde com tal espécie de declaração e nem com as manifestações tácitas de vontade (“meios indiretos”), ou com os comportamentos concludentes – sendo estes últimos caracterizados por condutas ativas que materializam o exercício da autonomia privada concretamente – consubstanciados por atos de execução e incompatíveis com a a declaração em sentido contrário.

12. Não obstante se registre, historicamente, alguma resistência em reconhecer-se poder formativo ao silêncio, bem como acerca de suas características, é possível afirmar que, atualmente, o exercício da autonomia privada por intermédio do “silêncio qualificado” é admitido – embora em caráter excepcional e nem sempre consagrado pelo direito positivo – em várias realidades jurídicas de origem no direito romano-germânico, se respeitados os requisitos e as condicionantes autorizadoras, tais como a lei, os costumes ou as próprias circunstâncias negociais.

13. O “silêncio qualificado” caracteriza-se como um meio autônomo de exercício da autonomia privada, em face das consagradas declarações expressas e manifestações tácitas de vontade, embora se reconheça que – presentes os requisitos autorizadores e verificadas determinadas condicionantes – os efeitos conferidos ao silêncio serão análogos àqueles reconhecidos aos demais meios formativos.

14. Em defesa de um maior rigor terminológico destinado a evitar confusões entre fenômenos jurídicos distintos – que contenham o silêncio ou a inação em seu suporte fático – propõe-se evitar o emprego dos termos “omissão” (violação de um

dever jurídico de agir) e “inércia” (inobservância de ônus, cuja verificação é apta a afetar os interesses do próprio sujeito “inerte”), para referir-se ao fenômeno específico do exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio, em quaisquer das etapas negociais. Tecnicamente, o exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio não se restringe nem à “violação de deveres”, nem à “inobservância de ônus”.

15. Ao não assumir posição teórica mais rígida face às inúmeras polêmicas relacionadas à abrangência da disciplina negocial, ao *locus* e ao conteúdo da declaração de vontade, a lei brasileira alcançou solução mais apta a lidar com o silêncio como meio de exercício da autonomia privada, diante das heterogêneas situações cotidianas reguladas pela disciplina contratual.

16. O advento da inovadora regra do artigo 111CC foi precedido por tentativas anteriores de positivação da figura e por intensos debates envolvendo, inclusive, as já mencionadas polêmicas relacionadas à disciplina negocial, tendo resultado em regra geral apta a viabilizar a aplicação de melhores soluções aos conflitos que envolvem condutas silenciosas *in concreto* no ambiente contratual.

17. A não reprodução de regra similar à do revogado artigo 1.079 CC/16 e a alocação da regra do art. 111CC na parte geral do Código Civil, junto às regras de constituição e de interpretação dos negócios jurídicos em geral (arts. 110, 112, 113 e 114CC) fortalecem a compreensão no sentido de reconhecer a aptidão do silêncio qualificado para o exercício da autonomia privada, tanto na constituição, quanto na execução dos contratos, reforçando as constatações alcançadas no capítulo 2.

18. Ao atribuir ao silêncio qualificado o *status* de anuência, em preferência à noção de “declaração de vontade” ou de conferir-lhe tal “valor”, a lei brasileira resultou em solução mais abrangente e flexível, distanciando-se da preponderância do elemento volitivo e viabilizando a análise objetiva dos elementos constitutivos de negócios jurídicos, e de contratos em especial, quando não seja necessária a “declaração de vontade expressa”.

19. Optou-se por solução de conteúdo mais simplificado e objetivo, com o propósito de prestigiar a operabilidade, evitando maiores dificuldades na aplicação

da regra, tais como aquelas relacionadas à abordagem extremamente subjetiva, fundada, por exemplo, no requisito da “consciência” da conduta silenciosa; sem, contudo, descuidar da tutela dos interesses do próprio silente, ao reconhecer que o exercício da autonomia por este meio ostenta caráter excepcional diante das limitações legais e circunstanciais impostas.

20. Diante da incerteza e instabilidade geradas pelo comportamento silencioso no cenário contratual, optou-se por atribuir às referidas hipóteses fáticas, envolvendo a figura, a consequência jurídica do estabelecimento do vínculo contratual (“anuência”), ao invés da via da responsabilidade civil do silente, caracterizando inequívoca hipótese de “proteção positiva da confiança”.

21. A aplicação da regra do art. 111CC contribui para reconhecer que o silêncio abrupto daquele que se encontra em estágio conclusivo da celebração de determinado contrato é apto a gerar, de acordo com as circunstâncias, o vínculo contratual, caracterizando-se como solução jurídica tecnicamente mais adequada do que o recurso às hipóteses de responsabilidade pré-negocial.

22. O exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio na realidade brasileira materializa-se como uma terceira via de formação do contrato (ao lado dos meios tácitos e expressos), mas sem recorrer às figuras da “presunção” de vontade ou do enquadramento necessário na noção de “declaração de vontade”.

23. A regra do artigo 111CC estabelece, na essência, um pressuposto (ausência de necessária declaração de vontade expressa) e duas condicionantes (usos ou circunstâncias) para o exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio.

24. A “necessidade” de declaração de vontade expressa poderá decorrer, em regra, da lei ou da vontade das partes no âmbito de uma dada relação, sob o risco de tornar-se a aplicação da regra demasiadamente instável, ressalvado o disposto no art. 432 CC no tocante aos contratos. Está relacionada ao requisito da forma, limitando o poder formativo do silêncio aos negócios não formais.

25. As condicionantes (usos ou circunstâncias), de conteúdo aberto e

indeterminado, ostentam caráter alternativo e relativo. Entre as variadas espécies de usos, interessam os usos do tráfego, com destaque às práticas empresariais. As circunstâncias negociais exigem maior rigor de análise por parte do intérprete, o qual deverá levar em conta inúmeros aspectos de natureza subjetiva e objetiva relacionados ao negócio.

26. Apesar das inúmeras alterações ocorridas no ambiente contratual, com destaque para os novos meios de concretização de contratos na pós-modernidade, as figuras da proposta e da aceitação continuam a exercer funções fundamentais no processo de constituição de contratos, inclusive no que tange ao comportamento silencioso.

27. As peculiaridades que envolvem a proposta, em especial no que se refere à necessidade de um comportamento ativo, impedem que ela se concretize por intermédio do silêncio circunstanciado. O exercício da autonomia privada por intermédio de comportamentos silenciosos materializa-se na aceitação.

28. A distinção entre as figuras da “recusa” e da “não aceitação” ostenta relevância no âmbito dos comportamentos silenciosos. Enquanto a recusa representa a ideia de negar definitivamente determinada proposta, exigindo nova proposta, a fim de mostrar-se apta a ensejar a formação do contrato; a “não aceitação” confere margem para que o oblato possa, a depender das circunstâncias, aceitar posteriormente, inclusive pelo silêncio.

29. A regra do art. 432CC – cujo conteúdo e função geram divergências desde a vigência do CC/16 – reclama interpretação sistemática e integrada com a regra do artigo 111CC, impondo-se a verificação dos “usos” e/ou das “circunstâncias” negociais, com o propósito de fixar as principais hipóteses de exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio qualificado.

30. Tais regras, associadas àquelas que tratam do contrato de doação, permitem concluir que o silêncio do oblato mostra-se apto a formar contratos os quais lhe sejam benéficos, entendidos como aqueles que não imponham sacrifício patrimonial ou contraprestação ao beneficiário da liberalidade, ainda que inexistente dispositivo legal específico regulando a matéria no âmbito de cada contrato unilateral e gratuito da realidade brasileira.

31. Aquele que provoca outrem (potencial contraparte em um contrato), formulando um convite à proposta, cria para si, diante da concretização da proposta e a depender das circunstâncias, a obrigação de pronunciar-se, possibilitando que o seu silêncio seja considerado apto a constituir o contrato.

32. A existência de relações contratuais correntes entre as partes e o grau avançado das tratativas contratuais são elementos autorizadores do exercício da autonomia privada, por intermédio do “silêncio qualificado” no ambiente contratual.

33. O exercício da autonomia privada pelo silêncio sujeitar-se-á, também em caráter excepcional, às hipóteses de invalidação pela presença dos defeitos do negócio jurídico ou pela relativa incapacidade do silente. Tal análise deverá ser norteadada pela teoria da confiança, nos termos propostos nos capítulos segundo e quinto.

34. De acordo com a função interpretativa, a qual também emana da regra do art. 111CC, o comportamento silencioso da parte face à conduta reiterada da outra, que, durante a execução do contrato, atua contrariamente ao expressamente pactuado, deve prevalecer em relação à eventual limitação imposta por cláusula contratual, destinada a subordinar a alteração contratual apenas à declaração de vontade expressa das partes.

35. Tal função interpretativa representa importante vertente do exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio e contribui para melhor compreender determinados fenômenos jurídico-contratuais e o seu alcance, bem como para limitar (ou, ao menos, para melhor justificar) a solução de determinadas situações concretas ocorridas no curso de uma dada relação, as quais são normalmente fundamentadas em construções jurídicas – com bases exclusivamente principiológicas ou meramente doutrinárias – tal como a invocação dos institutos da *suppressio* e da *surrectio*.

36. Apesar da estreita relação entre o exercício da autonomia privada pelo silêncio e a boa-fé, o estudo e as soluções jurídicas envolvendo o comportamento silencioso das partes no tocante à formação e à alteração do contrato, não estarão sempre

relacionados e dependentes da boa-fé, como frequentemente se apresenta.

37. O exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio relaciona-se mais de perto com o princípio da confiança, do que propriamente com a noção de boa-fé, pois do ponto de vista funcional destina-se, primordialmente, ao “asseguramento de expectativas” e não ao “direcionamento de comportamentos”.

38. Inúmeras hipóteses fáticas, normalmente tratadas no âmbito da “teoria da aparência”, no ambiente contratual, envolvem comportamentos silenciosos, em relação aos quais a função interpretativa da regra do art. 111CC confere tratamento técnico jurídico mais adequado, que privilegia as regras constantes do sistema, em preferência a construções meramente teóricas.

39. A regra do artigo 111CC enquadra-se na noção de “conceito legal ou jurídico indeterminado”, pois, apesar da indeterminação das expressões genéricas e imprecisas contidas na hipótese de incidência da regra (“circunstâncias” ou “usos”), preenchido um dos referidos “conceitos legais indeterminados”, a consequência jurídica já se encontrará preestabelecida na lei (“importa anuência”).

40. Não há justificativas que impeçam, *a priori*, o exercício da autonomia privada pelo silêncio, por intermédio da regra do artigo 111CC, no âmbito dos contratos de adesão e de consumo. Impõe-se, contudo, a necessidade de respeitar-se as regras específicas – em especial aquelas de natureza cogente – presentes em tais ambientes marcados pelo dirigismo contratual, tal como ressalvado pelo próprio art. 111CC.

41. As limitações impostas ao exercício da autonomia privada por intermédio de comportamentos silenciosos, inclusive no ambiente consumerista, não ostentam caráter absoluto, especialmente, diante daquelas situações nas quais o aderente ou o consumidor adota comportamento incompatível com a negativa de aceitação, ou mesmo silenciam em face de determinadas circunstâncias que exijam o seu pronunciamento, em prestígio aos usos do tráfego e à tutela jurídica da parte com quem se relacionam.

42. O exercício da autonomia privada por intermédio do silêncio também se mostra relevante no âmbito de negócios jurídicos unilaterais frequentemente presentes nas relações contratuais, a exemplo da “autorização” *lato sensu*, da “outorga conjugal” e da “outorga de poder de representação”, em relação aos quais prepondera a análise do comportamento do silente face às circunstâncias do caso, a fim de apurar se do seu silêncio qualificado é possível a caracterização do negócio jurídico unilateral em questão.

43. O exercício da autonomia privada pelo silêncio permite o estabelecimento de diretrizes gerais, fundadas numa espécie de gradação, não rígida, com base na natureza e nas principais características dos contratos privados brasileiros, a fim de facilitar a identificação das hipóteses de concretização do fenômeno na heterogênea realidade contratual pátria.

BIBLIOGRAFIA

AKERLOF, George A. The market for “lemons”: quality, uncertainty and the market mechanisms. **The Quarterly Journal of Economics**. MIT Press. Vol. 84, n. 3, 1970, p. 488/500.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Texto e enunciado na teoria do negócio jurídico**. Vol. I. Coimbra: Almedina, 1992.

ALVES, Jones Figueiredo; DELGADO, Mário Luiz. **Novo Código Civil confrontado com o Código Civil de 1916**. 2ª ed. (Revista e ampliada). São Paulo: Editora Método, 2002.

ALVES, José Carlos Moreira. **A Parte geral do projeto de código civil brasileiro: subsídios históricos para o novo código civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. O novo Código Civil brasileiro: principais inovações na disciplina do negócio jurídico e suas bases romanísticas. *Diritto @Storia. Rivista Internazionale di Scienze Giuridiche e Tradizione Romana*, Anno V, 2006, Quaderno n. 5, Nuova Serie. Disponível em: <<http://www.dirittoestoria.it/5/Tradizione-Romana/Moreira-Alves-Codigo-civil-brasileiro-Negocio-juridico.htm>> Acesso em: 8 jan. 2020.

ALVIM, Agostinho. **Da doação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**. 8ª ed. (Revisada, modificada e aumentada). Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, volume 300, Ano 59, (out. 1960), p. 7-37.

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Teoria geral do direito civil: ações e fatos jurídicos**. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. A conversão dos negócios jurídicos: seu interesse teórico e prático. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo. Vol. 69, n.1, 1974, p. 181/190.

_____. **Negócio jurídico e declaração negocial: noções gerais e formação da declaração negocial**. Tese (titularidade). Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1986.

_____. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Estudos e pareceres de direito privado:** Depósito de ouro e pedras preciosas feito em 1878. Forma e prova do contrato de depósito. Depósito mercantil e depósito bancário. Mora do credor. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 249/262.

_____. Diálogos com a doutrina: entrevista com Antônio Junqueira de Azevedo. **Revista Trimestral de Direito Civil (RTDC)**. Vol. 34 (abr./jun08), p. 299/308.

BENETTI, GIOVANNA. **A aceitação pelo silêncio na Convenção de Viena das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG) e no Código Civil Brasileiro**. In: SCHWENZER, Ingeborg; GUIMARÃES PEREIRA, Cesar A; TRIPODI, Leandro. **A CISG e o Brasil: Convenção das Nações Unidas para os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias**. São Paulo: Marcial Pons, 2015, p. 261-291.

BENETTI, Giovana. **Dolo no direito civil: uma análise da omissão de informações**. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. **Código brasileiro de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BETTI, Emilio. **Teoria generale del negozio giuridico**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2002.

_____. **Reflexiones sobre la noción de negocio jurídico**. (Riflessioni sulla nozione di negozio giuridico, 1963). **Teoría general del negocio jurídico: 4 estudios fundamentales** (Traducción y edición Leysser L. León. Lima), Ara Editores, 2001, p. 31/74.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado**. 8ª ed. São Paulo, 1950.

BIGNOTTO, Newton. **As formas do silêncio**. In: NOVAES, Adauto. **Mutações: O silêncio e a prosa do mundo**. São Paulo: edições Sesc, 2014, p. 229/248.

BONFANTE, Pietro. **Il Silenzio nella conclusione dei contratti**. **Rivista di Diritto Commerciale, Industriale e Marittimo** (Coord. A. Sraffa e C. Vivante). Milano: Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, Vol. IV, parte seconda, 1906, p. 222/230.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/silent-trade>> Acesso em: 30 dez. 2019.

BUNAZAR, Maurício B. **Análise dogmática da categoria jurídica da invalidade no Código Civil brasileiro**. Tese (doutorado). Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017.

BÜRGER, Marcelo Luiz Francisco de Macedo. **O(s) silêncio(s) no negócio jurídico**:

reflexões sobre a apreensão dos silêncios na teoria do negócio jurídico. Dissertação (mestrado). Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2016.

BUSCHE, Jan. **Münchener Kommentar zum BGB** (Franz Jürgen Säcker; Roland Rixecker; Harmut Oetker; Bettina Limperg), 8. Auflage. München: C.H. Beck, 2018 (Beck-online. Bücher) §147.

CARIOTA FERRARA, Luigi. **El negocio jurídico** (tradução Manuel Albaladejo). Madrid: Aguilar, 1956.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Die Vertrauenshaftung im Deutschen Privatrecht**. München: C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1971.

CANARIS, Claus-Wilhelm. Funções da parte geral de um código civil e limites da sua prestabilidade. (traduzido por Paulo Mota Pinto). **Revista da Ajuris**. Ano XXXI, n. 95 (set.2004), p. 271/286.

CARNELUTTI, Francesco. Sulla eficácia dele clausole non accettate contenute nelle fature commerciali. **Rivista di Diritto Commerciale e del Diritto Generale dele Obbligazioni** (Coord. A. Sraffa e C. Vivante). Milano: Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, Vol. XIII, parte seconda, 1915, p.1/6.

CARVALHO, Pedro Pitta e Cunha Nunes de. **Omissão e dever de agir em direito civil**. Coimbra: Almedina, 1999.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. Vol. 3 (arts. 138 a 205). 6ª ed. (Revista e atualizada). São Paulo: Saraiva, 2014.

CHINELATO, Silmara Juny. **Comentários ao Código Civil**: parte especial: do direito de família. Vol. 18 (arts. 1.591 a 1.710). (Coord. Antônio Junqueira de Azevedo). São Paulo: Saraiva, 2004.

CHRISTANDL, Gregor. **Commentaries on European Contract Laws**. (Coord. Nils Jansen; Reinhard Zimmermann). Art.2:204. New York: Oxford University Press, 2018.

COLI, Jorge. **A inteligência do silêncio**. In: NOVAES, Adauto. **Mutações: O silêncio e a prosa do mundo**. São Paulo: Edições Sesc, 2014, p. 425/434.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha Menezes. **Da modernização do direito civil**: aspectos gerais. Vol. I. Coimbra: Almedina, 2004.

_____. **Tratado de Direito Civil Português**. Parte Geral I. Tomo I. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2007.

_____. **Da boa fé no direito civil**. (3ª reimpressão). Coimbra: Almedina, 2007.

COSTA, Philomeno J. da Costa. **O silêncio nos negócios jurídicos**. In: MENDES,

Gilmar Ferreira; STOCO, Rui. *Doutrinas Essenciais: Direito civil, parte geral, v. 4 (Atos, fatos, negócios jurídicos e bens)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 483/514.

DANZ, Erich. **A interpretação dos negócios jurídicos**. (Tradução Fernando de Miranda). São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva e C.A. editores, 1941.

DELGADO, Mario. **Do direito das obrigações. Novo Código Civil Comentado**. In: FIUZA, Ricardo. 3ª ed. (Atualizada) São Paulo: Saraiva, 2004, p. 225/373.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. Vol. 2 (D-I). São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. **Parte geral e disposições transitórias. Novo Código Civil Comentado**. In: FIUZA, Ricardo. 3ª ed. (Atualizada). São Paulo: Saraiva, 2004.

DUARTE, Nestor. **Arts. 1º a 232. Parte Geral**. In: PELUSO, Cezar. *Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência*. 7ª ed. Vol. 1. Barueri: Manole, 2013, p. 15-175.

EHRLICH. **Die Stillschweigende Willenserklärung**. Berlim: Heynemann, 1893.

ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. (Tradução de João Baptista Machado). 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Tehodor e WOLFF, Martín. **Derecho Civil: Parte General; Tomo I: primeira parte**. (Rev. Hans Carl Nipperdey e trad. Blas Pérez González y José Alguer). Barcelona: Casa editoria Bosh, 1981.

FERNANDES. Wanderley. **A Empresa e o direito do consumidor: uma relação complexa**. In: CORDOVIL, Leonor; EBERLIN, Fernando B.T.Eberlin. *Direito, Gestão e Prática: Direito do Consumidor: A visão da empresa e da jurisprudência*. Série GVLaw. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 53/89.

FERRARI, Franco. **Encyclopedia of Private International Law**. (Org. Jürgen Basedow, Gisela Rühl, Franco Ferrari; Pedro de Miguel Asensio). Vol. 1. Northampton(MA): Edgard Elgar Publishing, 2007.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Conceito de sistema no direito: uma investigação histórica a partir da obra jusfilosófica de Emil Lask**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

_____. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 4ª Tiragem. São Paulo: Atlas, 1991.

FERRI, Luigi. **L'autonomia privata**. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1959.

FERRI, Giovanni Battista. **Presentación**. *Teoría General del Negocio Jurídico: 4 estudios fundamentales* (Traducción y edición Leysser L. León. Lima), Ara Editores, 2001.

FLUME, Werner. **El negocio jurídico. Parte general del Derecho Civil.** (Tomo segundo). (Tradução José María Miquel González y Esther Gómez Calle). 4ª ed. Fundación Cultural del notariado, 1998.

FORGIONI, Paula A. **Teoria Geral dos Contratos Empresarias.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FRADA, Manuel Antônio de Castro Portugal Carneiro da. **Teoria da confiança e responsabilidade civil.** Coimbra: Almedina, 2004.

FRADERA, Vera Jacob de. **O valor do silêncio no novo Código Civil.** In: ALVIM, Arruda; CERQUEIRA CÉSAR, Joaquim Portes de; ROSAS, Roberto. Aspectos Controvertidos do Novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 569/582.

FREITAS, A. Teixeira de. **Código Civil:** esboço. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Documentação, 1952.

FROTA, Pablo Malheiros da Cunha. **A interpretação do negócio jurídico empresarial no projeto de Código Comercial do Senado Federal nº 487/2013.** de 16 de dezembro de 2019. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/MigalhasContratuais/136,MI317033,31047-A+interpretacao+do+negocio+juridico+empresarial+no+projeto+de+Codigo> Acessado em: 10 jan. 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **O contrato de doação:** análise crítica do atual sistema jurídico e os seus efeitos no direito de família e das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2007.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Prova do fato jurídico do Código Civil de 2002.** In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo. Questões controvertidas: parte geral do Código Civil. São Paulo: Método, 2007, p. 589/613.

GIANNICO, Maricé. **A prova no Código Civil:** natureza jurídica. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIORGI, Giorgio. **Teoria delle obbligazioni nel diritto moderno italiano.** Vol. III (Fonti delle obbligazioni – contratti). 7ª ed. Firenze: Fratelli Cammelli, 1925.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. **Função Social do Contrato: os novos princípios contratuais.** 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Responsabilidade Civil pelo risco da atividade:** uma cláusula geral no Código Civil 2002. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOMES, Orlando. **Contrato de adesão:** condições gerais dos contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

_____. **Contratos.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. **Transformações gerais do direito das obrigações**. 2ª ed. (Aumentada). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GOZZO, Débora. **Pacto antenupcial**. São Paulo, Saraiva, 1992.

HAICAL, Gustavo Luís da Cruz. Os usos do tráfico como modelo jurídico e hermenêutico no Código Civil de 2002. **Revista de Direito Privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 13. Vol. 50 (abr-jun 2012), p. 11-47.

_____. **A autorização no direito privado**. Tese (doutorado). Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2019.

HART, Oliver. Is “bounded rationality” an important element of a theory of institutions?. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**. Vol. 146 (4), 1990, pp. 696-702.

HAUPT, Günter. **Über faktische Vertragsverhältnisse**. Leipziger rechtswissenschaftliche Studien. Leipzig: Verlag von Theodor Weicher, 1941.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Contrato: estrutura milenar de fundação do Direito Privado. **Revista da Faculdade de Direito**. Universidade de São Paulo. São Paulo. Vol. 97, 2002, p. 127/138.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Interpretação do contrato**. In: CASSETARI, Christiano; VIANA, Rui Geraldo Camargo. 10 anos de vigência do Código Civil brasileiro de 2002: estudos em homenagem ao professor Carlos Alberto Dabus Maluf. 1ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 344-357.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JHERING, Rudolf Von. **Culpa in contrahendo ou indemnização em contratos nulos ou não chegados à perfeição**. (Tradução Paulo Mota Pinto). Coimbra: Almedina, 2008.

KONDER, Carlos Nelson. **A proteção pela aparência como princípio**. Revista OAB/RJ, Rio de Janeiro. Edição Especial. Direito Civil. Disponível em: <<http://revistaelectronica.oabrj.org.br/?artigo=a-protecao-pela-aparencia-como-principio>> Acesso em: 8 jan. 2020.

LACERDA, Maurício Andere Von Bruck. Breves reflexões sobre a intervenção estatal nos contratos privados de plano de saúde. **Revista de Direito de Saúde Suplementar**. São Paulo: Quartier Latin. Ano 1, n. 1, 2017, p. 9/32.

LARENZ, Karl. O Estabelecimento de relações obrigacionais por meio de comportamento social típico (1956). (Traduzida por Alessandro Hirata). **Revista Direito GV** 3. São Paulo. Vol. 2, n 1. (Jan./Jun. 2006), p. 55/64.

_____. **Metodologia da ciência do Direito**. (Tradução José Lamago). 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

LEME, Lino de Moraes. **Da efficacia jurídica do silêncio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

_____. **O anteprojeto do Código das Obrigações**, Revista Forense 97/294-307, 1944. Disponível em: < <file:///C:/Users/Note/Downloads/65964-87338-1-PB.pdf> > Acesso em: 8 jan. 2020.

LEVADA, Cláudio Antônio Soares. **Anotações sobre o abuso de direito**. In: MENDES, Gilmar Ferreira, STOCO, Rui. Doutrinas Essenciais: Direito civil, parte geral. Vol. 4 (Atos, fatos, negócios jurídicos e bens). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 651/663.

LISBOA, Roberto Senise. **Confiança contratual**. São Paulo: Atlas, 2012.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: contratos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **O silêncio como manifestação da vontade: obrigações em geral**. Rio de Janeiro: A Coelho Branco Filho, 1935.

LOTUFO, Renan. **Código Civil Comentado**. Vol. 1 (Parte Geral: art. 1º ao 232). São Paulo: Saraiva, 2003.

LUDWIG, Marcos de Campos. **Usos e costumes no processo obrigacional: fundamentos e aplicação em face do novo Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MAIA JÚNIOR, Mairan Gonçalves. **A representação no negócio jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MANKOWSKI, P.; MÜLLER, M. **European Contract Law and German Law**. Chapter 2: Formation (ed. Stefan Leible; Mathias Lehmann). Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2014.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Interpretação do negócio jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 4. ed. (Revisada, atualizada e ampliada). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____; MIRAGEM, Bruno. **Apresentação dos Atualizadores**. Pontes de Miranda.

Tratado de Direito Privado. Tomo XXXVIII. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MARTINS-COSTA, Judith H. Princípio da confiança legítima e princípio da boa-fé objetiva. Termo de compromisso de cessação (TCC) ajustado com o CADE. Critérios da interpretação contratual: os “sistemas de referência extracontratuais” (“circunstâncias do caso”) e sua função no quadro semântico da conduta devida. Princípio da unidade ou coerência hermenêutica e “usos do tráfego”. Adimplemento contratual. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. Vol. 852/2006 (Out. 2006), p. 87/126.

_____. O método da concreção e a interpretação dos contratos: primeiras notas de uma leitura suscitada pelo código civil. **Revista Brasileira de Direito Comparado Luso-Brasileiro**. Rio de Janeiro. (Nov. 2008), p. 135/175.

_____. **Um aspecto da obrigação de indenizar**. In: MENDES, Gilmar Ferreira, STOCO, Rui. Doutrinas Essenciais: Direito civil, parte geral, v. 4 (Atos, fatos, negócios jurídicos e bens). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 693/746.

_____. **O Direito privado como um “sistema em construção”** (publicação original RT 753/24-ago.1998). In: MENDES, Gilmar Ferreira, STOCO, Rui. Doutrinas Essenciais: Direito civil, parte geral, v. 4 (Atos, fatos, negócios jurídicos e bens). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 391/423.

_____. **A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação**. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MELLO, Baptista de. O silêncio no direito. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. Vol. 751/1998 (ano 87), (maio de 1998), p. 731/743.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENKE, Fabiano. In: NANNI, Giovanni Ettore. **Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo (arts. 189 ao 232)**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 181/294.

MIRAGEM, Bruno Nunes Barbosa. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldo. **Teoria geral do negócio jurídico**. São Paulo: Atlas, 1991.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado. Parte Geral. Bens. Fatos Jurídicos. Tomo I**. (Atualiz. Judith Martins-Costa, Gustavo Haical e Jorge Cesa Ferreira da Silva). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. _____. **Parte Geral. Bens. Fatos Jurídicos. Tomo II**. (Atualiz. Ovídio R. B. Sandoval). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. _____. **Parte Geral, Tomo III.** (Atualiz. Marcos Bernardes de Melo e Marcos Ehrhardt Jr.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. _____. **Parte Geral, Tomo V.** (Atualiz. Marcos Bernardes de Melo e Marcos Ehrhardt Jr.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. _____. **Parte Geral, Tomo VI.** (Atualiz. Otávio Luiz Rodrigues Junior, Tilman Quarch, Jefferson Carús Guedes). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. _____. **Tomo VIII.** (Atualiz. Rosa Maria de Andrade Nery), São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

_____. _____. **Tomo XIII.** (Atualiz. Luciano de Souza Godoy, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2012.

_____. _____. **Tomo XXXVIII.** (Atualiz. Cláudia Lima Marques e Bruno Miragem). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. _____. **Tomo XLIII.** (Atualiz. Cláudia Lima Marques e Bruno Miragem). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

NERY JUNIOR, Nelson. **Vícios do ato jurídico e reserva mental.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. **Instituições de direito civil.** Vol. III. Contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NOVAES FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e. **A sociedade em comum.** São Paulo: Malheiros, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Santos de. **Da prova dos negócios jurídicos.** In: TEPEDINO, Gustavo. O Código Civil na perspectiva civil-constitucional: parte geral. Rio de Janeiro: Renovar, 2013, p. 499/539.

PACCHIONI, Giovanni. Il Silenzio nella conclusione dei contratti. **Rivista di Diritto Commerciale, Industriale e Marittimo** (Coord. A. Sraffa e C. Vivante). Milano: Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi. Vol. IV, parte seconda, 1906, p. 23/30.

PADRÃO, Camila Braz. Considerações sobre o silêncio na clínica psicanalítica: dos primórdios aos dias atuais. **Cadernos de Psicanálise do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ).** Rio de Janeiro. Ano 31, n. 22, 2009, p. 91/103.

PELLEGRINO, Giulio. **L'interpretazione del contratto.** Milano: Key Editore. 2018.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Doação com encargo e causa contratual:** uma nova teoria do contrato. 2ª ed. (Revista, atualizada e ampliada). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. **Integração de contratos incompletos.** Tese de Livre-Docência. Direito Civil. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto: 2014.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil. Introdução ao Direito Civil. Teoria Geral de Direito Civil.** Vol. I. (Revista e atualizada por Maria Celina Bodin de Moraes). 24ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

PEROZZI, Silvio. Il Silenzio nella conclusione dei contratti. **Rivista di Diritto Commerciale, Industriale e Marittimo** (Coord. A. Sraffa e C. Vivante). Milano: Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi Vol. IV, parte prima, 1906, p. 509/524.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. **Teoria Geral do Direito Civil.** (Atualizada por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto). 4ª ed. Coimbra: Coimbra editora, 2005.

PINTO, Paulo Mota. **Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico.** Coimbra: Almedina, 1995.

_____. **Falta e Vícios da Vontade na declaração tácita.** In: CAMPOS, Diogo Leite. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita. Vol. II. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p. 515/568.

PRINCIPLES OF EUROPEAN CONTRACT LAW (Ed. Ole Lando, Hugh Beale). The Hague: Kluwer Law International, 2000.

RÁO, Vicente. **Ato jurídico.** 3ªed. São Paulo: Saraiva, 1981.

REALE, Miguel. **Fontes e modelos do direito:** para um novo paradigma hermenêutico. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. **Lições preliminares de direito.** 24ª ed. (2ª tiragem). São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Estudos Preliminares do Código Civil.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

RODRIGUES, José Martins. **Elementos geradores do vínculo obrigacional e efeitos jurídicos do silêncio.** Fortaleza: S.N., 1934.

_____. **Elementos geradores do vínculo obrigacional e efeitos jurídicos do silêncio.** São Paulo: Malheiros, 2012.

RODRIGUES, Silvio. **Dos vícios do consentimento.** 3ª ed. (Atualizada). São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. **Direito Civil: Direito de Família.** 27ª ed. (Atualizada por Francisco José Cahali). Vol. 6. São Paulo: Saraiva, 2002.

RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luiz. Autonomia da vontade, autonomia privada e autodeterminação: notas sobre a evolução de um conceito na Modernidade e na Pós-modernidade. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. Ano 41, n. 163 (jul./set. 2004), p. 112/130.

_____. A influência do BGB e da doutrina alemã no Direito Civil brasileiro do século XX. **O Direito**. Lisboa. Vol. 147, I, 2015, p. 45/110.

_____. **10 anos sem Antonio Junqueira de Azevedo: uma homenagem**. 13 de novembro de 2019. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2019-nov-13/direito-comparado-10-anos-antonio-junqueira-azevedo-homenagem#sdfootnote3sym> > Acessado em: 11 jan. 2020.

SACCO, Rodolfo; DE NOVA, Giorgio. **Il Contratto**. IV Edizione. Milanofiori: Wolters Kluwer Italia, 2016.

SANTOLIM, César Viterbo Matos. Os princípios de proteção do consumidor e o comércio eletrônico no direito brasileiro. **Revista de Direito do Consumidor**. São Paulo. Vol. 55/2005, (Jul-Set/2005), p. 53/84.

SCHMIDT, Jan Peter. Vida e obra de Pontes de Miranda a partir de uma perspectiva alemã – Com especial referência à tricotomia “existência, validade e eficácia do negócio jurídico”. **Revista Fórum de Direito Civil – RFDC**. Belo Horizonte, Ano 3, n.5, (jan/abr.), 2014, p. 1/26.

SCHMIDT, Jan Peter. La revocación de la oferta em el derecho contractual de los países latinoamericanos y em el derecho uniforme. **Rivista di Diritto dell'integrazione e unificazione del diritto in Europa e in America Latina**. Modena. Mucchi Editore, Vol. 30, Ano 2010, p. 135/147.

SCHMIDT, Jan Peter. Palestra sob o título “**Luz e sombra na aplicação do princípio da boa-fé objetiva na prática judicial brasileira**”. 5 de dezembro de 2014. Ciclo de estudos de Direito Privado Contemporâneo. Organizado pelo Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da USP e pela Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2014-dez-07/jan-peter-schmidt-principio-boafefe-objetiva-usp?imprimir=1> > Acessado em: 7 nov. 2019.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição de comportamento contraditório**: Tutela da Confiança e *venire contra factum proprium*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SCHREIBER, Anderson. **Código Civil Comentado**: doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SILVA, Clóvis do Couto e. **A obrigação como processo**. (reimpressão). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Vol. I, A-C, 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **Vocabulário Jurídico**. Vol. II, D-I, 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **Vocabulário Jurídico**. Vol. III, J-P, 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

_____. **Vocabulário Jurídico**. Vol. IV, Q-Z, 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

SILVA, Juliana Pedreira da. **Contratos sem negócio jurídico**: crítica das relações contratuais de fato. São Paulo: Atlas, 2011.

SIMÃO, José Fernando. **Requisitos do erro como vício de consentimento no código civil**. In: DELGADO, Mário Luiz ; ALVES, Jones Figueiredo. **Questões Controvertidas: Parte Geral do Código Civil**. São Paulo: Ed. Método, 2007, p. 441-463.

_____. Ser ou Não Ser: outorga conjugal e solidariedade familiar. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e das Sucessões**. Porto Alegre. Editora Magister. n. 3 (abr.-maio/2008), p. 56/74.

_____. **Direito Civil**: contratos (série leituras jurídicas: provas e concursos). 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Prescrição e decadência**: início dos prazos. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Código Civil Comentado**: doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SRAFFA, Angelo. L' Accettazione delle fatture e il silenzio. **Rivista di Diritto Commerciale, Industriale e Marittimo** (Coord. A. Sraffa e C. Vivante). Milano. Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi Vol. I, 1903, parte prima. p. 27/37.

STOLFI, Giuseppe. **Teoria del negocio jurídico**. (Traduzido por Jaime Santos Briz). Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1959.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito de família. 14ª ed. Vol. 5. São Paulo, Forense, 2019.

_____. **Direito Civil**: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. Vol. 3. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

_____. **A lei da liberdade econômica (lei 13.874/19) e os seus principais impactos para o Direito Civil (segunda parte)**: mudanças no âmbito contratual. de 15 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI313017,21048A+lei+da+liberdade+economica+lei+1387419+e+os+seus+principais>> Acessado em: 7 nov. 2019.

TEPEDINO, Gustavo. VIÉGAS, Francisco de Assis. A evolução da prova entre o direito civil e o direito processual civil. **Pensar: Revista de Ciências Jurídicas**. . Fortaleza. Vol. 22, n.2, (maio/ago.), 2017, p. 551/566.

_____; OLIVA, Milena Donato. Notas sobre a representação voluntária e o contrato de mandato. **Revista Brasileira de Direito Civil (RBDCivil)**. Belo Horizonte. Vol. 12 (abr./jun. 2017), p. 17/36.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. **Nudge: O Empurrão para a escolha certa**. (Traduzido por Marcello Lino). Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TUTIKIAN, Priscila David Sansone. **O silêncio na formação dos contratos**: proposta, aceitação e elementos da declaração negocial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TZIRULNIK, Ernesto; CAVALCANTI, Flávio de Queiroz B.; PIMENTEL, Ayrton. **O contrato de seguro: de acordo com o novo código civil brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

VALLADÃO, Alfredo. **O abuso de direito** (original RT 334/21-Ago.1963) In: MENDES, Gilmar; STOCO, Rui. Doutrinas Essenciais: Direito civil, parte geral, v. 4 (atos, fatos, negócios jurídicos e bens). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 551/559.

VARELA, João de Matos Antunes. **Das obrigações em geral**. Vol. I. 10ª ed., 2010.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Teoria Geral do Direito Civil**. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil. Parte geral**. Vol. 1. 15ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

VILANOVA, Lourival. **Causalidade e relação no direito**. 4ª ed. (Revista, atualizada e ampliada). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di Diritto Commerciale**. Vol. IV: Le obbligazioni (Contratti e Prescrizione). 5ª Ed. Milano: Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, 1926.

WINDSCHEID, Bernardo. **Diritto delle Pandette** (Traduzida pelos Profs. Carlo Fadda e Paolo Emilio Bensa). Vol. I. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1925.

ZANETTI, Cristiano de Sousa; ROBERT, Bruno. **A conclusão do contrato pelo silêncio**. In: TARTUCE, Flávio; CASTILHO, Ricardo. Direito Civil: direito patrimonial e existencial: Estudo em homenagem à professora Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka. São Paulo: Método, 2006, p. 257/295.

ZANETTI, Cristiano de Souza. Os papéis da forma no direito contratual brasileiro. **Rivista di Diritto dell'integrazione e unificazione del diritto in Europa e in America Latina**. Modena. Mucchi Editore. Vol. 30. Ano 2010, p. 149/177.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. In: NANNI, Giovanni Ettore. **Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo (arts. 421 ao 480)**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 696/780.

ZELLWEGER-GUTKNECHT, Corine; BUCHER, Eugen. **Basler Kommentar: Obligationenrecht I (art. 1 – 529)**. (Hrsg. Heinrich Honsell, Wolfgang Wiegand). 6. Auflage. Basel: Helbing Lichtenhahn Verlag, 2015.